

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS

1 Introdução

O Programa tem por objetivo implementar as ações mitigatórias, reparatórias e compensatórias para povos e comunidades indígenas em acordo com os impactos identificados do rompimento da barragem de Fundão, conforme cláusulas 39 a 45 do Termo de Ajustamento de Conduta-TTAC.

1.1 Objetivo

O relatório trimestral tem por objetivo apresentar as informações sobre as ações realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018 para os povos indígenas Tupiniquim, Guarani e Krenak das terras indígenas de Comboios, Caieiras Velhas II, Tupiniquim em Aracruz (ES) e Krenak em Resplendor (MG).

2 Gestão dos Recursos Hídricos

2.1 Status do abastecimento de água

O povo Indígena Krenak negociou um acordo emergencial com a empresa Vale que previa o abastecimento de água mineral diário, a distribuição de água bruta e potável em terra indígena.

Mensalmente são atendidos 100 (cem) pontos de abastecimento de água bruta, 140 (cento e quarenta) pontos de recebimento de água potável (famílias, escolas e centros culturais) e 518 (quinhentas e dezoito) pessoas recebem água mineral por dia. A tabela 01 apresenta o quantitativo de distribuição de água nos meses de referência desse relatório. É verificado que, segundo o relatório da SESAI apresentado sobre as condições de saúde dos Krenak, a população indígena é de 435 pessoas. Contudo, o acordo firmado pela VALE S.A. prevê o atendimento à 600 pessoas residentes em TI, deste montante o real distribuído contempla o universo de 518 pessoas e o excedente é distribuído nos equipamentos sociais, cerca de 12.300 litros para um mês de 30 dias. O acordo Krenak não prevê a inserção automática de novos indivíduos, desta forma não há novos entrantes no atendimento para o referido trimestre.

Tabela 01- Distribuição de água em TI Krenak

Mês/Tipo água	Setembro	Outubro	Novembro
Mineral (L)	90.000	93.000	90.000
Potável (m³)	2568	2261	2209
Bruta (m³)	1140	1600	1070

Fonte: Dados de acompanhamento das entregas pela Fundação Renova

Para os povos Tupiniquim e Guarani não há previsão de distribuição de água mineral disposta no acordo vigente. Foi proposto pela Fundação em atendimento parcial a deliberação nº 201 do CIF a implementação de ações estruturantes quanto ao abastecimento de água potável para estas comunidades indígenas em Aracruz. Estas soluções ainda estão em discussão junto a CT-IPCT.

2.2 Ações Realizadas Sobre o Monitoramento da Qualidade da Água

2.2.1 Ações realizadas

A Fundação realiza diariamente o monitoramento do cloro residual da água potável que é distribuída em terra indígena Krenak. As amostras são coletadas nos caminhões pipas. O anexo 1 (um) apresenta o resultado das análises dos meses de setembro, outubro e novembro. A partir das análises realizadas possível inferir que a qualidade da água entregue está dentro dos parâmetros de potabilidade conforme portaria PRC05/2017 anexo 20 do Ministério da Saúde.

Na terra indígena de Comboios, foram realizadas análises de água para consumo humano, com base na portaria de potabilidade, em agosto de 2018. Os resultados das análises foram emitidos (anexo 2) e encaminhados para a CT-IPCT em setembro. Em resumo, as análises das 06 amostras apresentaram boa qualidade, sendo aquelas voltadas ao sistema coletivo requerem operação e manutenção adequada.

Em novembro de 2018 foram realizadas reuniões na Associação Indígena Tupiniquim Guarani (AITG) para a definição dos pontos de coletas de amostras de água para posterior análise. Também foram realizadas visitas em 16 (dezesseis) pontos de coletas para georreferenciamento e definição do tipo de coleta de amostras.



Cabe ressaltar que a Fundação Renova desenvolveu o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) com base no documento de bases mínimas da CT-Saúde e nas Deliberações CIF nº 95 e CIF nº 129. Também são consideradas premissas as ações previstas do TTAC, tendo em vista os programas de cunho reparatório e compensatório, bem como relativas ao Programa de melhorias dos sistemas de abastecimento de água, no âmbito da cláusula 171 do TTAC. O objetivo do plano de monitoramento da qualidade da água para consumo humano é contribuir na avaliação preventiva de riscos à saúde humana e, quando detectadas anomalias, permitir o alerta à autoridade de saúde pública local, assim como a comunicação de riscos à população, prevenindo impactos à saúde humano. Para o caso dos Krenak, visto que a água potável distribuída por meio de caminhão pipa advém da ETA de Resplendor, informa-se que o monitoramento desta ETA também está contemplado nesse monitoramento. Esse monitoramento é realizado mensalmente desde o dia 17 de setembro de 2018. Os laudos com os resultados são compartilhados com a CT-Saúde. O monitoramento desse programa é realizado mensalmente.

2.2.2 Ações a serem realizadas

Coleta para posterior análise dos 16 pontos definidos na visita realizada em novembro de 2018 na terra indígena Tupiniquim Guarani (AITG). A data dessa ação será ainda definida em conjunto com os indígenas.

2.3 Monitoramento da qualidade da água dos corpos aquáticos internos e limítrofes às terras indígenas

O PMQQS (Programa de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos da Bacia do Rio Doce): executa o monitoramento da qualidade da água e sedimentos na bacia do rio Doce, nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, além dos principais afluentes do Doce, lagoas marginais no ES e zona costeira e estuarina.

Para o PMQQS não se tem uma análise dos resultados, atualmente encontra-se em processo de validação de dados e elaboração de relatórios que vão conter uma análise mais detalhada dos resultados obtidos.

3 Auxílio Financeiro

Os povos indígenas Krenak, com a intermediação da Funai, celebraram um acordo com a Vale em novembro de 2015 do qual a empresa se comprometia em realizar o pagamento do repasse financeiro de 9 (nove) salários mínimos para 126 famílias. Esse acordo foi assumido pela Fundação Renova em abril de 2018. Em maio de 2018, o Comitê Interfederativo emitiu a deliberação 169/2018 solicitando a inclusão de 4 (quatro) famílias no acordo Krenak, o pagamento dessas famílias foi iniciado em agosto 2018. Esse acordo possui vigência até o restabelecimento das condições de uso do Rio Doce.

Os indígenas Tupiniquim da Terra Indígena de Comboios participaram de uma audiência de conciliação com as Samarco em março de 2016 e foi acordado entre as partes que o pagamento do repasse financeiro emergencial seria de 2,5 (dois salários mínimos e meio) por família, acrescidos de 20% por dependente do salário mínimo e uma cesta básica do valor determinado pelo DIEESE. Atualmente, são atendidas 192 famílias. O prazo de vigência desse acordo é até dezembro de 2018.

O acordo para atendimento emergencial aos indígenas das Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II, ocorreu de forma extrajudicial e foi definido por meio de negociação direta entre Comunidade e a empresa Samarco. Atualmente, são atendidas 915 famílias com um salário mínimo, acrescidos de 20% por

dependente do salário mínimo e uma cesta básica do valor determinado pelo DIEESE. O prazo de vigência desse acordo é até dezembro de 2018.

Na tabela 2 é possível visualizar os valores discriminados por mês de referência do relatório e por associação indígena.

Tabela 02- Pagamento famílias indígenas, por associação e mês

Povo Indígena	Associação	Titulares	Setembro	Outubro	Novembro
Krenak	Associação Indígena Bakã	10	85.860,00	85.860,00	85.860,00
	Associação Indígena Atoran	28	240.408,00	240.408,00	240.408,00
	Associação Indígena Burum-Errer	17	145.962,00	145.962,00	145.962,00
	Associação Indígena Takruk	9	77.274,00	85.860,00 ¹	68.688,00 ²
	Associação Indígena Naknenuk	12	103.032,00	103.032,00	103.032,00
	Associação Indígena Krenak	18	163.134,00	154.548,00	154.548,00
	Associação Indígena Uatu	25	206.064,00	214.650,00	214.650,00
	Associação Indígena Nakrerré	11	8.586,00 ³	94.446,00	94.446,00
Tupiniquim- Guarani- Aracruz (ES)	Associação Indígena Guarani	99	Pagamento trimestral	706.468,74	Pagamento trimestral
	Associação Indígena Comboios	192	624.333,60	624.322,60	628.939,68
	Associação Indígena Pau Brasil	193	Pagamento trimestral	1.072.341,02	Pagamento trimestral
	Associação Indígena Tupiniquim e Guarani	623	Pagamento trimestral	3.692.572,76	Pagamento trimestral

Fonte: Dados extraídos do SAP da Fundação Renova

3.1 Ações Realizadas para a Renovação dos Acordos

Em agosto de 2018, a Fundação Renova iniciou as negociações do acordo emergencial com os povos Indígenas Tupiniquim e Guarani das terras indígenas de Caieiras Velhas II e Tupiniquim e Guarani. A Comissão de Caciques emitiu o ofício 001/2018 solicitando que no próximo acordo fossem considerados os seguintes termos: a) Inserção de 210 (duzentas e dez) novas famílias; b) Reajuste do valor/família para 2,5 salários + 20% por dependente + cesta básica; c) Pagamento de retroativo referente a diferença entre valores pagos no primeiro acordo e o valor atualmente reivindicado; d) Aumento do prazo do acordo de

¹ No mês de setembro foram pagas 10 famílias, sendo que a associação possuía 09 famílias.

² Foi descontado o valor pago indevidamente no mês anterior.

³ No mês de agosto foram pagas 10 famílias a mais na associação por conta da migração de famílias Nakrerré para Bakan. Em setembro foi pago a diferença entre o valor do mês – 11 famílias – menos o valor pago a mais no mês anterior – 10 famílias

- 12 para 24 meses; e) Que conste no corpo do acordo o prazo de 6 meses para pagamento de indenizações;
- f) Inclusão de 2 (duas) novas associações indígenas.

Em setembro de 2018, a Fundação Renova realizou um aditamento do acordo vigente, estendendo o seu prazo de vigência até dezembro/2018, até que as negociações do acordo fossem definidas.

Em novembro de 2018, a Fundação Renova encaminhou a resposta aos pleitos apresentados por meio do ofício 001/2018, qual seja: I) A Fundação Renova aprovou a renovação do acordo emergencial por mais 12 (doze) meses, mantendo-se os valores atualmente pagos como auxílio financeiro emergencial; II) Foi aprovada a inclusão de até 210 (duzentas e dez) novas famílias, desde que sejam atendidos os seguintes critérios: a. A atualização do número de famílias somente poderá ocorrer na assinatura de novo acordo e/ou renovação; b. Deverá ser apresentada Planilha detalhando a organização de cada uma das novas famílias, indicando nome completo dos membros e número de dependentes. A planilha deverá também indicar a origem das pessoas que compõe as novas famílias (se eram dependentes que se casaram, por exemplo); c. Cópia simples do documento pessoal de cada uma das pessoas indicadas na lista de novas famílias; d. Documento, assinado pelas lideranças, descrevendo a metodologia utilizada para identificar as novas famílias, justificando a necessidade de sua inclusão, e comprovando que tais famílias foram impactadas pelo rompimento da barragem de fundão. Um processo de auditoria para verificação destas famílias e do destino dos repasses poderá ser realizado pela Fundação Renova ou consultoria dedicada.

3.2 Ações a serem realizadas

A Fundação Renova enviará minuta de proposta de acordo para análise e comentários das lideranças indígenas. Essa proposta contemplará o prazo de mais 12 (doze) meses.

4 Programa de Proteção Social

O Programa de proteção social está passando por um processo de revisão do escopo do programa conforme nota técnica nº 030/2018/CTOS -CIF. As ações para o atendimento as comunidades indígenas estarão contidas no escopo do programa.

Conforme cláusulas 54 e 55 do TTAC, o programa deve promover a Proteção Social, por meio de ações socioassistenciais (socioculturais e apoio psicossocial), desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados, priorizando os impactados com deslocamento físico e direcionado às famílias

e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Renova, em conformidade com as políticas públicas.

Deste modo, o programa está em elaboração dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social que contempla os municípios onde estão localizadas as comunidades tradicionais e indígenas. Na proposta do plano está descrito o apoio à política pública de Assistência Social com a suplementação de recursos humanos para os Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), disponibilização de veículos e apoio para a realização de oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O Programa priorizou na proposta dos municípios onde estão localizadas as comunidades tradicionais/indígenas, a disponibilização de 01(uma) equipe (01 Assistente Social e 01 Psicólogo) para realizar o trabalho social com famílias.

Para além dessa suplementação, a Proteção Social terá equipes territoriais dedicadas próprias (01 Assistente Social, 01 Psicólogo e 01 Enfermeiro) do Programa que atuarão diretamente com nas comunidades indígenas e tradicionais em conjunto com as equipes do PAIF e PAEFI, e dos demais Programas da Fundação Renova. Vale ressaltar que as propostas acima estão foram submetidas para análise e respectivas aprovações internas da Fundação Renova.

5 Programa de Saúde

5.1 Programa de apoio à saúde física e mental da população impactada

O programa está em fase de revisão de Escopo juntamente com a Câmara Técnica de Saúde e em suas ações estará contemplada a saúde dos povos indígenas. O programa prevê, de acordo com o TTAC, cláusulas 111 e 112, o desenvolvimento de estudos que busquem riscos e correlações de impactos na saúde devido ao rompimento da barragem.

O primeiro estudo é o de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), que iniciou em julho de 2018 e servirá como base para o desenvolvimento dos demais estudos toxicológicos e epidemiológicos, de acordo com a Deliberação do CIF de número 106 de 14 de setembro de 2017. Todos os estudos terão uma visão também voltada para os povos indígenas e tradicionais e trarão um diagnóstico situacional da saúde.

As ações de saúde, quando comprovado o impacto devido ao rompimento da barragem, serão planejadas juntamente com as Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Ministério da Saúde

e Câmara Técnica de Saúde. Como meio de identificar questões de saúde que sejam urgentes, serão implantadas Equipes Territoriais Dedicadas nos territórios, que serão capazes de realizar diagnóstico situacional (1 psicólogo, 1 enfermeiro e 1 assistente social) da população. Vale ressaltar que as propostas acima estão foram submetidas para análise e respectivas aprovações internas da Fundação Renova. De acordo com a deliberação nº 232 do CIF, as ações de saúde estarão asseguradas pelo Programa de Apoio Física e Mental da população impactada.

Tabela 03- Cronograma de Ações a serem realizadas no programa de Saúde

DESCRIÇÃO	INÍCIO	TERMINO
Estudo ARSH	07/2018	07/2020
Estudo Epidemiológico descritivo	07/2019	07/2021
Estudo Epidemiológico da saúde do trabalhador	07/2019	07/2021
Estudo Epidemiológico de saúde mental	07/2019	07/2021
Estudo de Monitoria da população Exposta e Potencialmente Exposta	07/2019	07/2021
Estudo Toxicológico	07/2019	07/2021
Implantação de equipe territorial dedicada	Sob aprovação	
Ações de apoio a saúde	02/2019	02/2025

Fonte: Informações fornecidas pelo Programa de Saúde da Fundação Renova

5 Plano de Contingência de Cheias⁴

5.1 Status do Programa por território/aldeias

O Plano de Contingência para as Terras Indígenas está atendendo a Terra Indígena de Comboios, estando em fase de desenvolvimento, uma vez que somente a Aldeia de Comboios é identificada pela Defesa Civil de Aracruz como área de potencial inundação pelo rio Doce em caso de cheias equivalentes à de 2013.

5.2 Ações realizadas

A reuniões com a Defesa Civil Municipal de Aracruz ocorreram em setembro de 2018 com o objetivo alinhar estratégias para a execução de ações de contingências da interferência do rio Doce sobre o rio Comboios.

Em outubro foi realizada uma reunião sobre o Plano de Contingência de Cheias com a liderança indígena de Comboios com objetivo de compreender a dinâmica hídrica e, conjuntamente, com a liderança definir

⁴ A Fundação Renova desenvolve o Plano de Contingência para cenários de chuva e faz parte da estratégia integrada atender municípios que, impactados diretamente com o rompimento da Barragem de Fundão, possam sofrer impactos durante a estação chuvosa. Este desenvolvido é pautado na ação conjunta com as respectivas Defesas Cíveis Municipais e, para o risco específico de cheias/enchentes, a atuação se dá considerando alguns critérios, como: aumento identificado (por estudos) da área de inundação de uma localidade e possível contaminação da água do rio Doce com algum recurso hídrico de uma localidade.

os 04 (quatro) pontos a serem monitorados. No mesmo mês, a Fundação protocolou o ofício OFI.NII.102018.4315 com a apresentação do plano de cheias para terra indígena Comboios, Aracruz (ES). O objetivo do plano é monitorar a possível interferência das águas do rio Doce no rio Comboios no período chuvoso 2018/2019.

5.3 Ações a serem realizadas

A Fundação encaminhou para a CT-IPCT a atualização do plano de cheias. Além disso, para a execução do plano de cheias as seguintes ações estão previstas: a) autorização dos proprietários das áreas privadas para instalação das réguas; b) definição das Referências de Nível (RN) para os quatro pontos de monitoramento; c) definição dos gatilhos de nível de água que deverão acionar ações de resposta de contingência; d) instalação das réguas de monitoramento; e) definição de papéis e responsabilidades da Fundação Renova e da Defesa Civil Municipal de Aracruz; e) operacionalização do Plano de Contingência. Será realizado durante o mês de dezembro visitas técnicas as demais terras indígenas em conjunto com a Defesa Civil para realizar uma análise de risco para a Terra Tupiniquim Guarani, as datas ainda precisam ser pactuadas com as autoridades responsáveis e indígenas.

5.4 Cronograma de Execução das ações do programa

Na tabela 04 é possível visualizar as ações a serem executadas e as datas de início e término de cada ação.

Tabela 04- Cronograma de Ações a serem realizadas no Plano de Cheias

Atividades	INÍCIO	TERMINO
Atualização do documento do Plano de Cheias	05/10/2018	15/02/2019
Autorização dos proprietários das áreas privadas para instalação das réguas	11/10/2018	27/12/2018
Definição das Referências de Nível (RN) para os quatro pontos de monitoramento	15/01/2018	15/02/2019
Definição dos gatilhos de nível de água que deverão acionar ações de resposta de contingência	15/01/2018	15/02/2019
Instalação das réguas de monitoramento	15/01/2018	15/02/2019
definição de papéis e responsabilidades da Fundação Renova e da Defesa Civil Municipal de Aracruz	05/10/2018	15/02/2019
Operacionalização do Plano de Contingência	15/01/2019	Continuo

6 Estudo da Componente Indígena (ECI) por povos e territórios

6.1 Status do Programa por povos e respectivos territórios

O ECI Tupiniquim e Guarani está em fase de finalização. É necessário, ainda, realizar as coletas e análises de ictiofauna, escopo este adicionado no desenvolvimento do estudo, pois não estava previsto no Termo de Referência emitido pela FUNAI. A consultoria independente, responsável pela execução do estudo, aguarda a liberação da licença do IBAMA para a realização das coletas e finalização da matriz de impactos. Devido a esse fator, houve alteração do cronograma inicial. A previsão de conclusão do ECI é de até 180 dias após a liberação da licença pelo IBAMA.

Ainda não houve a apresentação do plano de trabalho do ECI krenak para os indígenas. A Fundação Renova aguarda o de acordo dos indígenas para o início do ECI na terra indígena impactada.

6.2 Ações realizadas

Em setembro 2018, foram realizadas pela consultoria independente as oficinas de validação de impactos preliminares nas Terras Indígenas de Comboios e Tupiniquim Guarani, conforme deliberação da última reunião ordinária da CT-IPCT, ocorrida em agosto de 2018 na Aldeia Pau Brasil, Aracruz - ES.

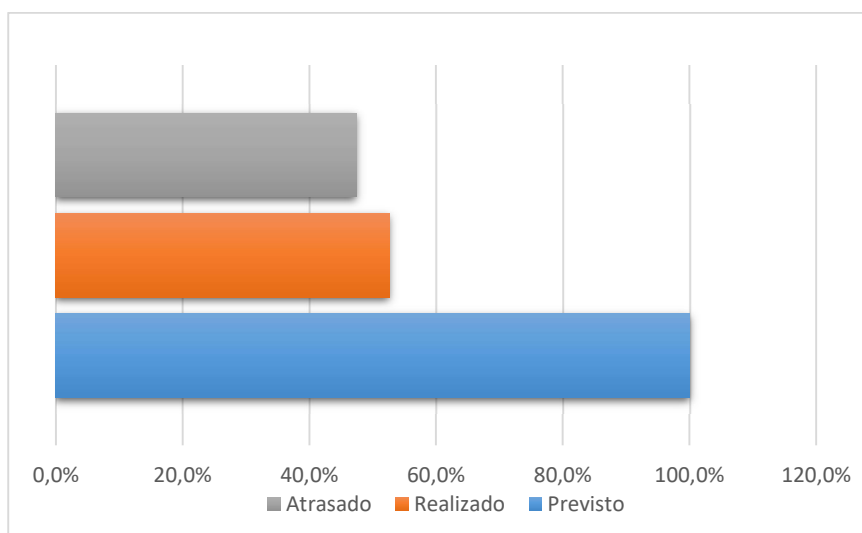
Em novembro foram realizadas oficinas nas Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani com o objetivo de dialogar tecnicamente com esses povos a entrega parcial do ECI e sobre diretrizes gerais de medidas dos impactos já passíveis de serem identificados. No dia 04 dezembro a Fundação protocolou o relatório parcial do ECI junto a FUNAI e CTIPCT.

6.3 Ações a serem realizadas

Para que haja conclusão do ECI Tupiniquim Guarani algumas ações são necessárias: a) realizar coletas e análises de ictiofauna de modo sazonal; b) finalização da matriz de impactos contendo as informações das análises de ictiofauna.

6.4 Indicadores

De acordo com o termo de referência emitido pela FUNAI, estava previsto a execução de 16 etapas para o cumprimento integral do ECI Tupiniquim Guarani. Após a solicitação dos indígenas para a realização de análise de ictiofauna foram inseridas no escopo mais 3 (três) etapas⁵.



6.5 Cronograma das próximas atividades

O cronograma será definido após a autorização pendente para a realização das coletas solicitadas.

7 Programa de Comunicação Integrado para Indígenas

7.1 Status do Programa por povos e respectivos territórios

Em setembro de 2019, a Fundação Renova encaminhou o ofício NII.082018.4133 para a CT-IPCT informando que considerava necessária a participação, discussão e validação dos povos indígenas Tupiniquim e Guarani na construção do plano de comunicação. A participação desse público é importante para mapear e entender a necessidade de comunicação de cada povo em cada terra indígena. Diante do

⁵ As etapas são: a) Emissão do Termo de Referência; Contratação da Consultoria; c) Entrega do Plano de Trabalho; d) Análise e aprovação pela FUNAI; e) Entrega de eventuais adequações solicitadas pela FUNAI; f) Manifestação FUNAI das Adequações; g) Validação do plano de trabalho; h) atividades de campo parcial; g) validação das atividades de campo parcial; h) entrega do ECI preliminar para a FUNAI; i) coleta e análise de ictiofauna; g) Validação dos resultados de campo; h) Entrega do ECI final para análise da FUNAI; i) Manifestação da FUNAI; j) entrega das eventuais adequações solicitadas pela FUNAI; k) Mobilização para consulta dos indígenas; l) consultas aos indígenas; m) entrega das eventuais adequações solicitadas pelos indígenas; n) Entrega final do ECI.

cenário de negociação dos acordos, não foi possível a realização das oficinas para a construção do plano de comunicação nas terras indígenas de Aracruz.

Em relação ao povo indígena Krenak, a Fundação Renova informa que o diálogo não está autorizado.

8 Outras Ações Estruturantes

8.2 Status das ações

A Fundação Renova está executando duas ações estruturantes na terra indígena Krenak, uma na produção de insumos (topografia, sondagens, estudo de geofísica, perfuração e recuperação de poços e análises de água) para elaboração do projeto de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e outra na de melhoria dos acessos viários (implantação de dispositivos de drenagem), bem como realiza rotineiramente a manutenção das vias de acessos. Mensalmente são realizadas reuniões com o DSEI em Governador Valadares para alinhamento das ações a serem implementadas do SAA em terra indígena Krenak. Ainda com intuito de melhorar o atendimento do abastecimento de água potável via caminhão pipa, no período em tela a Fundação realizou a contratação de empresa para execução das adequações das instalações hidráulicas nas residências em que esta ação se faz necessária para garantir o abastecimento de água por meio de caminhão pipa. Ressalta-se que se iniciou em Terra Indígena Krenak a implantação do programa de recuperação de nascentes em parceria com o CBH-Doce, o ponto de situação encontra-se no mapeamento das nascentes junto aos indígenas.

8.3 Ações realizadas

Em setembro foram realizadas as seguintes ações para o projeto de SAA: a) realização de serviços de sondagens e topografia na área do poço da Funai e no traçado da adutora entre o poço da Funai e o reservatório existente em TI Krenak; b) Reunião com o cacique do grupo Naknenuk, juntamente com a representante da Vale e equipe de geofísica e de povos indígenas para apresentação do resultado da 1ª fase dos estudos geofísica; c) início do serviço de recuperação do antigo poço existente na Barca, porém não foi possível finalizar e assim, optou-se por tamponá-lo e realizar estudo de geofísica e nova perfuração; d) foi retirada a bomba do poço da Funai para manutenção. Além dessas ações, foram realizados serviços de topografia e sondagens na área de acesso ao grupo Atorã voltados para a elaboração do projeto de melhoria nos acessos viários (dispositivos de drenagem).



Figura 1 - Poço da Funai - Sondagem



Figura 2- Poço da Funai- retirada da bomba para manutenção



Figura 3- Poço da FUNAI - Perfilagem óptica



Figura 4- Antigo poço da Barca - Tentativa de realização de limpeza/desinfecção



Figura 5- Antigo poço da Barca - tentativa de recuperação



Figura 6- Projeto de melhoria nos acessos - Sondagem na área de acesso ao grupo Atorã.

Em outubro foram realizadas as seguintes ações referente ao projeto de SAA: a) reunião no grupo Naknenuk com equipe de geofísica para definição do local onde serão realizadas as 02 linhas para a 2ª fase da geofísica; b) Realização da 2ª fase de geofísica no grupo Naknenuk; c) realização da geofísica na área do antigo poço da barca; d) realização da perfuração do novo poço da barca, teste de vazão e coleta de amostra de água para caracterização do mesmo; e) realização da 2ª recuperação no poço da Funai; f) realização de perfilagem óptica no poço da Funai; g) reunião com o grupo Atorã para apresentação dos resultados da 1ª fase da geofísica, com a presença da equipe de geofísica, representante da Vale e do programa de Povos Indígenas da FR; h) realização da 2ª fase da geofísica no grupo Atorã; i) levantamento de campo para extensão de rede elétrica. No que se refere ao projeto de melhoria dos acessos, foi realizada uma reunião com o proprietário da fazenda existente no acesso a TI Krenak, que faz divisa com o grupo Atorã, para solicitar permissão para realizar topografia.



Figura 7- Naknenuk- 2ª fase de geofísica



Figura 8- Novo poço da Barca - geofísica



Figura 9- Atorã - 2ª fase de geofísica



Figura 10 - Início da 2ª recuperação do poço da Funai



Figura 11- 2ª recuperação do poço da Funai



Figura 12- Início da perfuração do novo poço da Barca



Figura 13- Perfuração do novo poço da Barca



Figura 14- Água no novo poço da Barca

As ações do projeto de SAA foram continuadas no mês de novembro com as seguintes atividades: a) realização Perfilagem óptica no novo poço da Barca; b) realização da 1ª tentativa de perfuração de poço no grupo Naknenuk, na 1ª linha de geofísica, onde foi perfurado 150 metros, porém sem água. Assim, ficou definido que será realizada a 2ª tentativa onde será explorado o resultado da 2ª linha de geofísica. O cronograma para nova perfuração ainda não foi definido.



Figura 15- Coleta de amostras para caracterização do novo poço da Barca



Figura 16- Tamponamento do antigo poço da Barca



Figura 17- Finalização da 2ª recuperação do poço da Funai



Figura 18- 1ª tentativa de Perfuração no Naknenuk



Figura 19 - teste de vazão no novo poço da Barca



Figura 20 - Coleta de amostra para análise completa de potabilidade no novo poço da Barca

Foram realizadas ações com o apoio da Funai Regional (Governador Valadares-MG) e CTL (Resplendor-MG), de rodas de conversa com os indígenas e a equipe do Programa de Recuperação de Nascentes para realização da cartografia social.

8.2 Ações a serem realizadas

Será realizada a segunda tentativa de perfuração de poço no grupo Naknenuk do povo Krenak, no caso de encontrar água no local, na sequência serão realizados, teste de vazão, perfilagem óptica e coleta de amostras de água para análise da PRC 05/2017, anexo 20 do MS. Com os laudos de análise de água, será definido o sistema de tratamento para atendimento à portaria de potabilidade para consumo humano. Também serão iniciados os serviços de topografia e sondagens na área do novo poço.

Será realizada uma reunião com o grupo Atorã do povo Krenak para apresentação da 2ª fase de geofísica e determinação das prioridades entre as três linhas estudadas para posterior tentativas de perfuração de poço. No caso de encontrar água no local, na sequência serão realizados, teste de vazão, perfilagem óptica e coleta de amostras de água para análise da PRC 05/2017, anexo 20 do MS. Com os laudos de análise de água, será definido o sistema de tratamento para atendimento à portaria de potabilidade para consumo humano. Também serão iniciados os serviços de topografia e sondagens na área do novo poço.

No novo poço da Barca, na terra indígena Krenak, serão realizadas coleta de amostras de água para análise da PRC 05/2017, anexo 20 do MS. Com os laudos de análise de água, será definido o sistema de tratamento para atendimento à portaria de potabilidade para consumo humano. Também deverão ser iniciados os serviços de topografia e sondagens na área do novo poço. Ainda para este poço, será realizada adequação do projeto em elaboração.

Início da execução das obras referentes às adequações das instalações hidráulicas nas residências em que esta ação se faz necessária para garantir o abastecimento de água por meio de caminhão pipa em terra indígena Krenak.

Início das obras relativas à execução do projeto de melhoria dos acessos viários (implantação de dispositivos de drenagem) em terra indígena Krenak.

Finalização dos serviços de campo para elaboração do diagnóstico da terra indígena Krenak para implementação do Programa de Recuperação de Nascentes.

8.3 Cronograma das próximas atividades

Abaixo segue o cronograma das atividades que já foram planejadas. O cronograma das demais ações dependerá do resultado das perfurações de cada poço.

Tabela 07- Cronograma das Ações Estruturantes em Terra Indígena Krenak

Atividades	Previsão
Coleta de amostras de água para análise da PRC 05/2017 no poço da barca	12/2018
obras relativas à execução do projeto de melhoria dos acessos viários (implantação de dispositivos de drenagem)	12/2018
Execução das obras referentes às adequações das instalações hidráulicas nas residências	12/2018 a 01/2019
2ª tentativa de perfuração de poço no Naknenuk	1º trimestre de 2019
Finalização dos serviços de campo para elaboração do diagnóstico da TI Krenak para implementação do Programa de Recuperação de Nascentes	1º trimestre /2019

RELATÓRIO TRIMESTRAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

1 Introdução

Implantar as ações mitigatórias, reparatórias e compensatórias para povos e comunidades tradicionais em acordo com os impactos identificados conforme Cláusulas 46 a 53 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC.

1.1 Objetivo

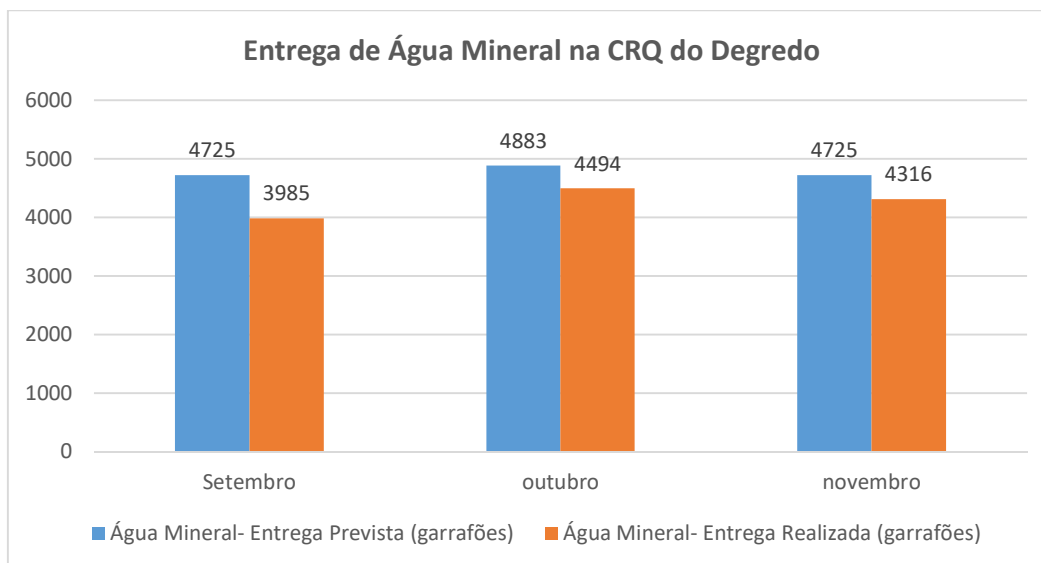
O relatório trimestral tem por objetivo apresentar as informações sobre as ações realizadas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2018 em atendimento aos faiscadores de Rio Doce (MG) e Santa Cruz do Escalvado (MG) e os quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo de Degredo em Linhares (ES).

2 Gestão dos Recursos Hídricos para os Povos Tradicionais

2.1 Status do abastecimento de água potável por povo e território

Em atendimento à Deliberação 161/2018 do Comitê Interfederativo (CIF), a Fundação Renova iniciou a distribuição de água mineral para os atingidos da comunidade de Degredo, em Linhares – ES, na quantidade de 05 litros por pessoa por dia no final de agosto de 2018 para 630 pessoas residentes.

Foi empregado a distribuição de garrações de plástico com a capacidade de 20 litros de água mineral potável em acordo com a legislação sanitária vigente. A quantidade de garrações por domicílio foi calculada a partir das visitas realizadas pelos técnicos da Fundação Renova e representantes da comissão quilombola. A quantidade de garrações a serem repostos será proporcional a entrega no ato dos garrações vazios em boas condições.



Obs: a quantidade prevista no mês de outubro é superior ao mês de setembro e novembro, pois esses meses tem 31 dias.

Os faiscadores do município de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado não tiveram o sistema de abastecimento de água potável interrompido em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

2.2 Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano

A Fundação Renova executa o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH). Esse programa tem por objetivo contribuir na avaliação preventiva de riscos à saúde humana e, quando detectadas anomalias, permitir o alerta à autoridade de saúde pública local, assim como a comunicação de riscos à população, prevenindo impactos à saúde humana. O programa foi construído com a participação da CT-Saúde. Esse programa monitora alguns municípios que estão localizados as comunidades tradicionais atendidas pelo programa específico da Fundação. Os municípios e os pontos de monitoramento são: Rio Doce nas localidades da fazenda Porto Alegre, Estrada da Fazenda Porto Alegre, Estrada de Santana do Deserto, Santana do Deserto e Marimondo; Santa Cruz do Escalvado o monitoramento é realizado no distrito de Novo Soberbo e em Merengo; Linhares na sede, Povoação, Regência, Barra Seca/Pontal do Ipiranga, Degredo/Pontal do Ipiranga. Os pontos a serem monitorados foram definidos pela CT- Saúde.

Além dessa ação, o Programa de Povos Tradicionais já realizou o monitoramento da qualidade da água por meio da coleta de 25 (vinte e cinco) amostras d'água em poços residenciais. As análises laboratoriais foram realizadas em julho de 2018, tendo como referência a PRC n.º 05/2017, anexo 20 do MS (Portaria de

Consolidação nº 05/2017, anexo 20 do Ministério da Saúde). As coletas contaram com acompanhamento de quilombolas da CRQ do Degredo e representantes do IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Vale ressaltar que essas residências não possuem nenhum tipo de sistema de tratamento de água para consumo humano.

2.2.1 Ações realizadas

Os pontos citados são monitorados mensalmente desde o dia 17 de setembro de 2018. Os laudos com os resultados são compartilhados com a CT-Saúde.

2.2.1 Ações previstas

Em dezembro serão iniciadas as coletas de água subterrânea em Degredo. Serão realizadas, em média, 05 (cinco) coletas por dia até o alcançar o total de 155 coletas programadas. Serão realizadas análises completas de portaria de potabilidade.

Os pontos de monitoramento que foram citados serão monitorados mensalmente.

2.3 Monitoramento da Qualidade da Água dos corpos Aquáticos

A Fundação Renova realiza o Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos (PMQQS). Esse monitoramento tem por objetivo acompanhar ao longo do tempo a recuperação da bacia hidrográfica do rio Doce e zona costeira e estuarina adjacente e garantir a efetividade das intervenções permanentes por meio da avaliação sistemática da qualidade das águas e dos sedimentos. O período de análise do monitoramento é realizado da seguinte forma: a) mensal: vazão, parâmetros físico-químicos, hidrobiológicos; b) trimestral: sedimento ⁶, descarga sólida, material particulado em suspensão, ecotoxicidade; c) semestral: Testemunho de sedimento, perifíton. Em campo são realizadas as análises de pH, condutividade elétrica, temperatura da água, oxigênio dissolvido, potencial redox, turbidez, salinidade e transparência de Secchi (lagoas). No laboratório são realizadas as análises de metais totais e dissolvidos, íons, orgânicos, nutrientes, bactérias, indicadores biológicos e ecotoxicidade. Os resultados do monitoramento estão disponíveis em tempo real para os órgãos ambientais. A Fundação disponibiliza semanalmente (período chuvoso) e mensalmente (período seco) um Informativo da Qualidade da Água com resultados dos parâmetros monitorados nas estações automáticas (Turbidez, pH, OD e

⁶ zona costeira e estuarina frequência mensal

condutividade). A Agência Nacional de Águas – ANA disponibiliza em sua página o Painel Interativo⁷ do PMQQS e o relatório parcial⁸ do PMQQS.

Para o PMQQS não se tem uma análise dos resultados, atualmente encontra-se em processo de validação de dados e elaboração de relatórios que vão conter uma análise mais detalhada dos resultados obtidos.

3 Programa de Cadastro dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

3.1 Status do processo de cadastramento

Os faiscadores dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e os quilombolas da CRQ do Degredo possuem atendimentos diferentes em relação ao processo de cadastramento da Fundação Renova.

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, os faiscadores de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado eram atendidos pelo programa de diálogo e cadastro da Fundação. A recomendação conjunta 001/2016 emitida pelo MPF em setembro de 2016 e indicava a existência de faiscadores tradicionais nessas localidades. O atendimento emergencial desse público pelo programa específico se efetivou em dezembro de 2017, após um processo preliminar de autorreconhecimento coletivo. Por se tratar de uma categoria nova no ordenamento jurídico, essa comunidade tradicional não possui a certificação autodefinição emitida pelos órgãos específicos. Para identificar e prosseguir com os demais atendimentos coletivos voltados para esse público, a Fundação contratou, em outubro de 2018, um estudo independente para o mapeamento de comunidades tradicionais. Os critérios de pertencimento à comunidade tradicional nessas localidades serão desenvolvidos no decorrer do estudo junto as comunidades tradicionais das localidades. Devido a esses fatores, a Fundação não interrompeu e nem realizou debates específicos com os faiscadores sobre o processo de cadastramento, pois ainda não está definido o público a ser atendido pelo programa povos tradicionais. Dessa forma, os faiscadores são atendidos pelo fluxo⁹ do cadastro integrado como os demais impactados da bacia do Rio Doce.

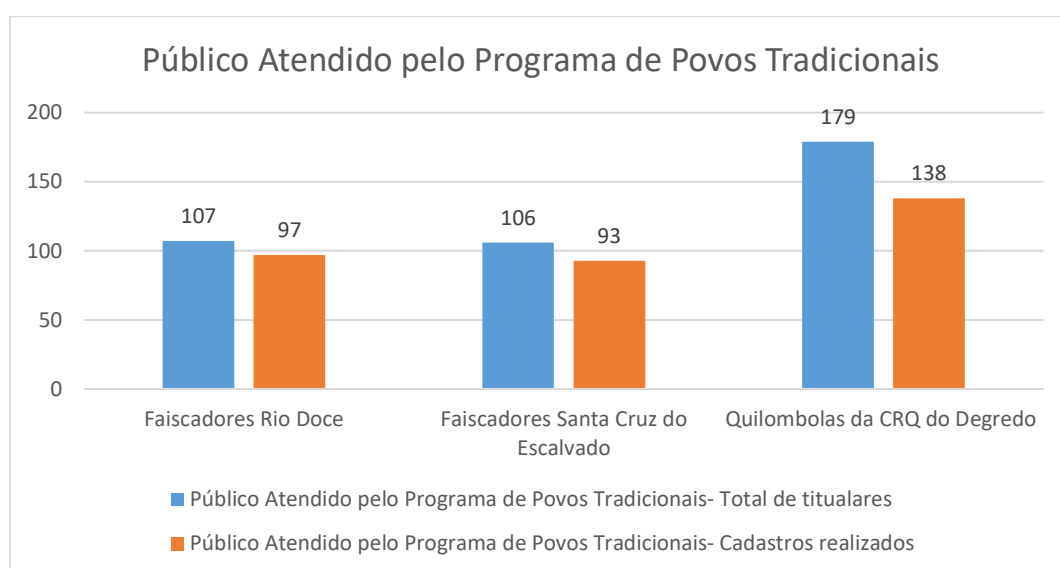
⁷ no link: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/rio-doce>

⁸ no link: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/07/relatorio-parcial-pmqqs-final.pdf>

⁹ Todas as pessoas que se sentem impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão podem solicitar cadastramento por meio dos canais de relacionamento da Fundação Renova. Após a abertura de manifestação por meio dos canais de relacionamento, a Fundação realiza a análise de elegibilidade conforme critérios de impactos definidos na cláusula 1 do TTAC. As pessoas que foram cadastradas emergencialmente automaticamente são elegíveis ao cadastro integrado. A pessoa e/ou família que for considerada elegível ao cadastramento integrado passará pelas seguintes etapas de cadastramento: a) indexação das propriedades; b) mobilização e agendamento da aplicação do questionário; c) entrevista (fase 1); d) visitas técnicas (fase 2); e) entrega da cópia dos formulários.

Com relação aos quilombolas, o Programa de Povos Tradicionais iniciou a atuação específica junto a esse público em maio de 2017. Essa comunidade foi certificada apenas em 2016 e o seu processo de autorreconhecimento foi realizado no decorrer do atendimento realizado pela Fundação. Devido a esses fatores, muitos quilombolas, apesar da solicitação de paralisação do cadastramento pelos membros da comissão, já haviam sido cadastrados.

No gráfico a seguir, é possível visualizar o quantitativo de cadastramento que já foi realizado. A informação do gráfico refere-se a informações disponíveis do público que é atendido pelo programa de povos tradicionais. Em Rio Doce, dos 107 faiscadores atendidos pelo programa,¹⁰ constam informações de impacto de 90,6%; em Santa Cruz do Escalvado há informações de 87,7% dos faiscadores; e em Degredo consta informações de 77,1% dos atendidos. Essas informações podem ter sido apresentadas pelos titulares dos cartões ou pelos responsáveis pelo domicílio.



Fonte: Informações extraídas do banco de dados da Fundação Renova

3.2 Ações realizadas

No dia 23 de novembro de 2018 foi realizada uma reunião entre os programas de Cadastro, Diálogo, Povos Tradicionais e Comissão Quilombola para apresentação do fluxo de cadastro integrado que é adotado pela Fundação e para apresentar o quantitativo de cadastros já realizados.

3.3 Ações a serem realizadas

Retorno dos debates sobre cadastramento com a comissão quilombola, após posicionamento dessa comissão sobre o modelo apresentado em reunião em novembro de 2018.

3.4 Cronograma

A definição do cronograma depende da definição do modelo de cadastramento que será adotado na CRQ do Degredo. Caso a comissão opte por um modelo alternativo ao utilizado pela Fundação, será necessário realizar a contratação de uma consultoria específica para executar a atividade.

4 Programa de Auxílio Financeiro para as Comunidades Tradicionais.

4.1 Status do atendimento emergencial

O atendimento com auxílio financeiro emergencial aos quilombolas da CRQ do Degredo se iniciou em agosto de 2017, após um processo de levantamento de informações coordenado pela comissão quilombola e assessorado pela Fundação Cultural Palmares. Atualmente, está previsto o atendimento emergencial para 179 titulares quilombolas, conforme descrição realizada no plano de atendimento encaminhado por meio do ofício OFI.NII.102018.4311.

Os faiscadores de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado foram atendidos com auxílio financeiro emergencial em dezembro de 2017, após um processo preliminar de autorreconhecimento coletivo que ocorreu com a mediação do Ministério Público e Assessoria Técnica contratada pela Prefeitura Municipal de Rio Doce. Atualmente, a Fundação Renova atende 212 faiscadores¹¹ nos dois municípios.

Tabela 01- Povos e Comunidades Tradicionais Atendidos com Auxílio Financeiro por mês

PCT	Município	Titulares	Setembro	Titulares	Outubro	Titulares	Novembro
Faiscadores	Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG)	212	329.062,16	212	327.927,96	212	328.118,76
Quilombolas	Linhares, Degredo (ES)	173	276.036,61	173	742.779,37 ¹²	173	283.286,52

¹¹ Quando foi realizado o acordo em novembro de 2017, a previsão de atendimento era para 213 faiscadores. No entanto, um faiscador faleceu e não possuía dependentes para o repasse do auxílio. Dessa forma, o repasse foi suspenso.

¹² O valor do mês de outubro é superior aos demais, pois nesse mês houve pagamento de retroativo a algumas famílias que regularizaram a documentação pendente junto a Fundação Renova

4.2 Ações realizadas

Em setembro a Fundação Renova realizou a troca de titularidade de um auxílio financeiro na CRQ do Degredo, conforme solicitação do ofício nº 135/2018/DPDS/SNAS/SEGOV-PR.

Em outubro foram regularizados o pagamento do auxílio financeiro emergencial de 12 (doze) titulares que estavam pendentes a documentação na CRQ do Degredo. Restando 06 (seis) titulares pendentes de entrega de documentação para a regularização.

Em novembro a Fundação Renova recebeu 1 (um) documento pendente para a regularização do pagamento.

4.3 Ações a serem realizadas

A Fundação realizará até o dia 20 de dezembro o pagamento do 1 (um) titular da CRQ do Degredo que regularizou a pendência junto à Fundação Renova.

A Fundação aguarda a regularização de documentos de 05 (cinco) quilombolas da CRQ do Degredo para o cumprimento integral da deliberação 161/2018 do Comitê Interfederativo.

Após o processo de cadastramento ou atualização cadastral na CRQ do Degredo, a Fundação Renova realizará mudança de auxílio financeiro de núcleo familiar para trabalhador atingido, conforme parecer 001/2018 da Fundação Cultural Palmares.

5 Programa de Proteção Social

5.1 Programa de Apoio à Proteção Social para as Comunidades Tradicionais

O Programa de proteção social está passando por um processo de revisão do escopo do programa conforme nota técnica nº 030/2018/CTOS -CIF. As ações para o atendimento as comunidades tradicionais no escopo do programa. Conforme cláusulas 54 e 55 do TTAC, o programa deve promover a Proteção Social, por meio de ações socioassistenciais (socioculturais e apoio psicossocial), desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados, priorizando os impactados com deslocamento físico e direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Renova, em conformidade com as políticas públicas.

Deste modo, o programa está em elaboração dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social que contempla os municípios onde estão localizadas as comunidades tradicionais e indígenas. Na proposta do plano está descrito o apoio à política pública de Assistência Social com a suplementação de recursos humanos para os Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), disponibilização de veículos e apoio para a realização de oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O Programa priorizou na proposta dos municípios onde estão localizadas as comunidades tradicionais/indígenas, a disponibilização de 01(uma) equipe (01 Assistente Social e 01 Psicólogo) para realizar o trabalho social com famílias.

Para além dessa suplementação, a Proteção Social terá equipes territoriais dedicadas próprias (01 Assistente Social, 01 Psicólogo e 01 Enfermeiro) do Programa que atuarão diretamente com nas comunidades indígenas e tradicionais em conjunto com as equipes do PAIF e PAEFI, e dos demais Programas da Fundação Renova. Vale ressaltar que as propostas acima estão foram submetidas para análise e respectivas aprovações internas da Fundação Renova.

6 Programa de Saúde

6.1 Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada

O programa está em fase de revisão de Escopo juntamente com a Câmara Técnica de Saúde e em suas ações estará contemplada a saúde dos povos tradicionais. O programa prevê, de acordo com o TTAC, cláusulas 111 e 112, o desenvolvimento de estudos que busquem riscos e correlações de impactos na saúde devido ao rompimento da barragem.

O primeiro estudo é o de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), que iniciou em julho de 2018 e servirá como base para o desenvolvimento dos demais estudos toxicológicos e epidemiológicos, de acordo com a Deliberação do CIF de número 106 de 14 de setembro de 2017. Todos os estudos terão uma visão também voltada para os povos indígenas e tradicionais e trarão um diagnóstico situacional da saúde.

As ações de saúde, quando comprovado o impacto devido ao rompimento da barragem, serão planejadas juntamente com as Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Ministério da Saúde e Câmara Técnica de Saúde. Como meio de identificar questões de saúde que sejam urgentes, serão implantadas Equipes Territoriais Dedicadas nos territórios, que serão capazes de realizar diagnóstico

situacional (1 psicólogo, 1 enfermeiro e 1 assistente social) da população. Vale ressaltar que as propostas acima estão foram submetidas para análise e respectivas aprovações internas da Fundação Renova. De acordo com a deliberação nº 232 do CIF, as ações de saúde estarão asseguradas pelo Programa de Apoio Física e Mental da população impactada.

Tabela 02- Cronograma de Ações a serem realizadas no programa de Saúde

DESCRIÇÃO	INÍCIO	TERMINO
Estudo ARSH	07/2018	07/2020
Estudo Epidemiológico descritivo	07/2019	07/2021
Estudo Epidemiológico da saúde do trabalhador	07/2019	07/2021
Estudo Epidemiológico de saúde mental	07/2019	07/2021
Estudo de Monitoria da população Exposta e Potencialmente Exposta	07/2019	07/2021
Estudo Toxicológico	07/2019	07/2021
Implantação de equipe territorial dedicada	Sob aprovação	
Ações de apoio a saúde	02/2019	02/2025

7 Plano de Contingência de Cheias¹³

7.1 Status do Programa por território/comunidade atingida

Em Degredo não foram identificadas causalidades que justifiquem o desenvolvimento de um plano de contingência. Apesar da comunidade do Degredo estar situada em Linhares (ES), que possui um plano específico para 56 famílias residentes na Avenida Beira-Rio, não há comunicação de seus recursos hídricos com o rio Doce.

No caso de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, estas localidades são atendidas no âmbito do Plano Conjunto de Ações Emergenciais Samarco Mineração S.A. e Consórcio Candonga, no critério de cenário de chuvas, mas correlacionando-se com as ações de resposta relativas à Usina, não tendo atuação direta da Fundação Renova. Finalmente, para a localidade de Ponte Nova/MG, não houve identificação de impacto que remeta o desenvolvimento de um plano de contingência referente a cheias.

¹³ O desenvolvimento de planos de contingência para cenários de chuva faz parte da estratégia integrada da Fundação Renova para atender municípios que, impactados diretamente com o rompimento da Barragem de Fundão, possam sofrer impactos durante a estação chuvosa. Quando for identificada de desenvolver o plano de cheias, esse é desenvolvido em conjunto com as respectivas Defesas Cívicas Municipais. O plano é elaborado considerando o risco específico de cheias/enchentes e a atuação se dá considerando alguns critérios, como: aumento identificado (por estudos) da área de inundação de uma localidade e possível contaminação da água do rio Doce com algum recurso hídrico de uma localidade.

7.2 Ações a serem realizadas

Será realizado durante o mês de dezembro visitas técnicas a comunidade de Degredo em conjunto com a Defesa Civil para realizar uma análise de risco para o território, as datas ainda precisam ser pactuadas com as autoridades responsáveis e indígenas.

7 Estudo da Componente Tradicional

7.1 Status dos estudos

O Estudo da Componente Quilombola (ECQ) foi validado de forma unânime pela população do Degredo durante consulta pública realizada no território em 17 de março de 2018. Após a validação dos estudos, foram realizadas coletas complementares para responder os questionamentos dos quilombolas acerca dos aspectos fisiográficos do território.

O Estudo de mapeamento de Comunidades Tradicionais foi indicado pelo MPF para ser realizado em novembro de 2016. O objetivo¹⁴ do estudo é realizar o mapeamento social dos Povos e Comunidades Tradicionais, notadamente dos faiscadores, das regiões de Mariana, Ponte Nova, Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado, impactados pelo rompimento da Barragem do Fundão e galgamento da Barragem de Santarém. A contratação do estudo se efetivou em outubro de 2018.

7.1 Ações realizadas

7.2.1 ECQ da CRQ do Degredo

Nos dias 03 a 07 de setembro, foram realizadas as coletas de amostras de ictiofauna, águas superficiais, sedimentos de fundo de rio e solo marginal, para realização dos estudos complementares. As análises laboratoriais foram realizadas entre os dias 24 de setembro a 19 de outubro.

¹⁴ Os objetivos específicos são: mapear os Povos e Comunidades Tradicionais dos municípios Mariana, Ponte Nova, Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado; Capacitar os comunitários através da realização de oficinas sobre direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e sobre Políticas Públicas voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais; Realizar o levantamento das famílias faiscadoras e demais famílias tradicionais, de acordo com os critérios do decreto federal 6.040/2007, lei estadual 21.147/2014 e convenção 169 da OIT; Subsidiar a elaboração de um plano de reparação específico para os grupos de trabalhadores artesanais de extração de substâncias minerais garimpáveis (“faiscadores”, “garimpeiros” e/ou “garimpeiros manuais”), bem como de outros povos e comunidades tradicionais impactados; Assegurar que a definição dos grupos de trabalhadores artesanais de extração de substâncias minerais garimpáveis, bem como de outros povos e comunidades tradicionais seja feita exclusivamente pelo critério de auto identificação coletiva, conforme preconiza a Convenção nº. 169 da OIT.

Em outubro foram iniciados os grupos de trabalho (Cultura, Identidade e Território; Saúde e Educação; Socioeconomia e Empreendedorismo; Meio Ambiente e Pesca) para elaboração do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ).

Em novembro foram entregues as cartas de intenções referentes a cada um dos grupos de trabalho realizados, explicitando todo o conteúdo trabalhado e os direcionamentos indicados, para socialização e discussão dos comunitários antes da plenária. A plenária ocorreu no mesmo mês e contou com a presença de 126 pessoas da comunidade. A versão apresentada foi validada pelo coletivo. Ainda nesse mês foram enviadas a versão digital do PBAQ para a CT-IPCT e para a Comissão quilombola do Degredo.

7.2.2 Estudo de Mapeamento de Comunidades Tradicionais

Em setembro foi realizada uma reunião com o MPF com objetivo de esclarecer o processo de contratação do estudo de mapeamento das comunidades tradicionais. A minuta para a assinatura do convênio foi encaminhada para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) no mesmo mês. No dia 16 de outubro a FUNDEP realizou a assinatura da minuta de convênio.

Em novembro a equipe de pesquisa deu início as atividades de reconhecimento de campo e levantamento bibliográfico sobre a temática. Houve reuniões com as comissões de atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado para apresentação das atividades de campo.

7.2 Ações a serem realizadas

7.2.1 ECQ da CRQ do Degredo

Em dezembro está prevista a revisão do ECQ para a incorporação dos resultados dos estudos complementares realizados entre setembro e outubro de 2018. O ECQ revisado será entregue à comunidade e a CT-IPCT. Além disso, serão entregues os exemplares impressos do PBAQ para comunidade de Degredo e a consulta pública para a validação.

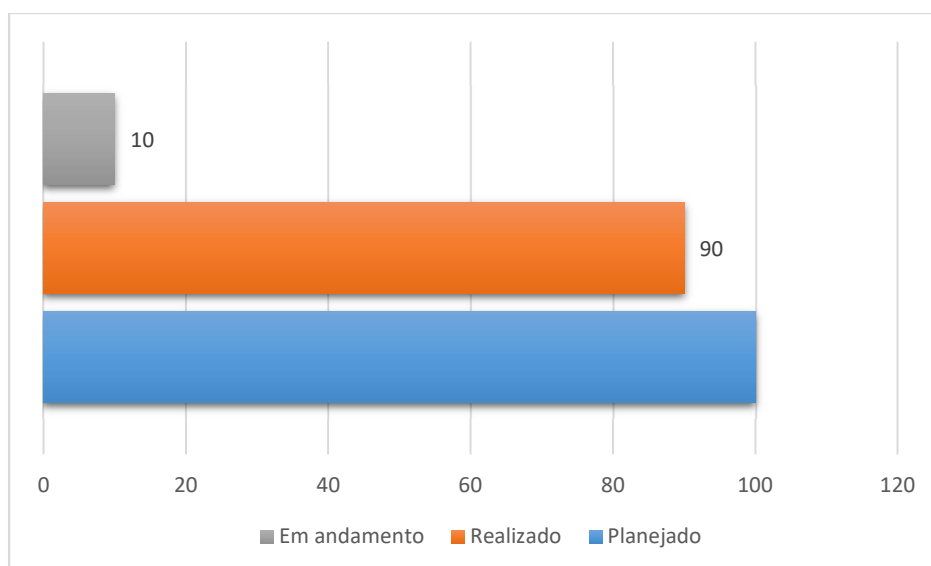
7.2.2 Estudo de Mapeamento de Comunidades Tradicionais

No mês de dezembro está prevista a assinatura do primeiro aditivo do convênio. O aditivo tem por objetivo extinguir o cargo de coordenador técnico para a contratação de 03 (três) bolsistas nível III, um bolsista nível II e a contratação de dois profissionais para tratamento de dados, um referente a dados cartográficos e outro para dados quantitativos.

Em janeiro de 2019 estão previstas a realização das oficinas de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais. As oficinas serão realizadas nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. O público que participará do encontro será a Comissão de Atingidos, Assessoria Técnica e atingidos. O limite de atingidos é de 60 participantes. No mês de fevereiro também serão realizadas oficinas em Xopotó e Santa Cruz do Escalvado.

7.3 Indicadores

O ECQ e a construção do PBA da CRQ do Degredo terão suas atividades finalizadas em dezembro de 2018. Estão em andamento as atividades voltadas para a consulta pública do PBA na comunidade.



7.4 Cronograma das próximas atividades

Na tabela 03 é possível visualizar as próximas atividades previstas nos estudos.

Tabela 03- Cronograma de Execução dos Estudos de Tradicionalidade

Atividades	Previsão
Entrega dos exemplares impressos do PBAQ para a comunidade do Degredo.	01/12
Revisão do ECQ para incorporação dos resultados dos estudos complementares	03/12 a 13/12
Entrega da versão final do Relatório dos Estudos Complementares.	05/12
Mobilização da comunidade para consulta pública do dia 15/12 e apresentação dos conteúdos do PBAQ com pequenos grupos de trabalho.	11/12 a 14/12

Entrega da versão revisada do ECQ, após a incorporação das conclusões dos estudos complementares	14/12
Consulta pública para validação do PBAQ.	15/12
Oficina de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais- Rio Doce	15/01 a 17/01
Oficina de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais- Santa Cruz do Escalvado	18/01 a 20/01
Oficina de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais- Santa Cruz do Escalvado	08/02 a 10/02

8 Programa de Comunicação Integrado para Comunidade Tradicional

9.1 Status do Programa por povos e respectivos territórios

O plano de comunicação para a comunidade de Degredo foi protocolado na CT-IPCT em outubro por meio do ofício OFI.NII.102018.4312. O objetivo do plano é fornecer informações aos moradores da CRQ do Degredo de forma empática, transparente, ágil e integrada. Além disso, propõe-se ampliar a familiaridade das ações dos programas da Fundação, contribuindo para a criação de relações de confiança com a comunidade.

Além do plano de comunicação, a Fundação Renova realizou atividades para sanar dúvidas dos atingidos e diminuir os conflitos no território. A proposta do Plano de Ações de Conflito da CRQ do Degredo foi encaminhada por meio do ofício SEQ0037/2018/PG03.

9.2 Ações Realizadas

9.2.1 Plano de Comunicação

Em setembro ocorreu a segunda oficina com a comunidade de Degredo para a construção do Plano de Comunicação. A oficina ocorreu no Bar do Mel, localizado em Degredo, com a participação de 18 pessoas da comunidade. O objetivo foi a escuta para o aprofundamento sobre as principais questões a serem esclarecidas para a comunidade, mapear o significado sobre a proposta de valor do Programa, organização das necessidades de informação por curto, médio e longo prazos com ampliação de perguntas a serem respondidas por temas.

Em novembro a comissão quilombola aprovou o documentário “Eu sou Degredo” e validou a apresentação no dia da consulta pública do PBAQ.

9.2.2 Plano de Ações de Conflito da CRQ do Degredo

Em outubro foi realizada uma reunião presencial entre a Fundação Renova e a Defensoria Pública da União, em Linhares, com objetivo de alinhar as informações sobre o CIA móvel realizado na CRQ do Degredo.

Em reunião realizada com a comissão quilombola da CRQ do Degredo em novembro ficou definido que a ação do CIA móvel seria suspensa. De acordo com informações fornecidas pela comissão, muitas pessoas que participaram do plantão social não eram residentes da CRQ do Degredo e a ação não apresentou a efetividade esperada pela comissão.

9.3 Solicitações encaminhadas pelos canais de relacionamento da Fundação Renova

Além dos grupos de trabalho na CRQ do Degredo e das ações do diálogo no território de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, os atingidos podem solicitar informações e encaminhamentos das suas demandas por meio do Centro de Informações em Linhares e em Santa Cruz do Escalvado e pelo o canal de 0800 da Fundação Renova. A tabela 04 apresenta as manifestações realizadas pelo público atendido no programa de Povos e Comunidades Tradicionais.

Tabela 04- Manifestação Comunidades Tradicionais				
Ano	Quilombolas		Fiscadores	
	Abertas	Respondidas	Abertas	Respondidas
2016	126	125	248	245
2017	138	134	505	496
2018	144	121	458	362

Fonte: Sistema de Gestão Stakeholders. Consulta realizada em 12/2018

9.4 Ações a serem realizadas

9.4.1 Plano de Comunicação

Em dezembro está prevista a mobilização para a exibição do documentário “Eu sou Degredo” por meio de pílula de whatsapp e faixa na comunidade, o filme será apresentado ainda nesse mês. O filme será exibido no Conecta (app da Fundação Renova para colaboradores), Canal do YouTube da Fundação Renova e no Facebook perfil Fundação Renova.

9.4.2 Plano de Ações de Conflito da CRQ do Degredo

Em dezembro serão realizadas visitas às famílias não quilombolas residentes na CRQ do Degredo para esclarecimentos de informações dos atendimentos realizados pela Fundação Renova a quilombolas e não quilombolas. Participarão dessa ação representantes da equipe de diálogo da Fundação e do Programa de Povos Tradicionais.

9.5 Cronograma das próximas atividades

Na tabela 05 estão inseridas a previsão da realização das ações de comunicação e do plano de ação de conflitos na CRQ do Degredo.

Tabela 05- Cronograma de Ações de Comunicação

Atividades	Previsão
Ímãs de geladeira distribuídos pela empresa responsável pela entrega de galões de água em Degredo	12/12/2018
Visitas as famílias no quilombola na CRQ do Degredo	14/12/2018
Apresentação do documentário "Eu sou Degredo"	15/12/2018
Apresentação de Plano Estruturado de ação integrada para o território de Degredo.	21/12/2018
Apoio em agenda de manifestações culturais com o foco na promoção da tradicionalidade a serem mapeadas junto à comunidade.	Jan/2019 a Jul/2019
Boletim físico Jornada distribuído via agentes de saúde, professoras, lideranças comunitárias, equipe de Diálogo e distribuída na igreja	Fev/2019
Mural físico Jornada afixado em locais públicos da comunidade	Fev/2019
Pílulas de WhatsApp das principais matérias do Jornada	Fev/2019
Jornada online no site da Fundação Renova	Fev/2019

10 Outras ações estruturantes

As ações estruturantes para os quilombolas da CRQ do Degredo serão definidas no PBAQ.